

1º CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS
SOCIEDADE, CONHECIMENTO E POLÍTICAS

Usos do Tempo e Desenvolvimento Local em Áreas Rurais

Luís Moreno

Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Geográficos

1. Apresentação prévia

O trabalho que se apresenta insere-se num estudo mais alargado das condições e expressão geográfica em Portugal Continental do desenvolvimento local (DL) em “meio rural”. Em concreto, esta pequena parte incide no tempo pessoal de técnicos envolvidos na mediação dos processos de reestruturação social, económica e territorial que se interpretam como inerentes ao Desenvolvimento Rural (DR). Utilizamos “meio rural” – deliberadamente entre comas – por constatarmos que a ruralidade só eventual e indirectamente importa na vida das pessoas que acederam colaborar no estudo, respondendo a um inquérito. Este aspecto será esclarecido adiante (ponto 3).

Após algumas considerações de carácter teórico, a análise dos usos do tempo apoia-se nos dados obtidos em pouco mais de 130 questionários, respondidos por técnicos de 28 associações de desenvolvimento local (ADL) de norte a sul do país (Regiões Autónomas excluídas). Certas considerações são também sustentadas pelo conhecimento pessoal do dia-a-dia de diferentes técnicos. Aliás, vários deles representam lacunas importantes na componente quantitativa da análise, pois não encontraram uma conjugação favorável de **tempo e oportunidade** para a resposta ao inquérito, situação que o autor destas linhas propiciou por falta de tempo e oportunidade para insistências.

2. Na ordem do dia: o tempo e os modernos paradoxos do trabalho

Com a afirmação da modernidade, os valores associados ao progresso implicaram a glorificação do trabalho de forma “universal” (em oposição à antiga desigualdade nos direitos e deveres de classe). Em moldes muito gerais, a intensificação do tempo de trabalho passou a associar-se ao cultivo da gratificação diferida entre os portadores de iniciativa e ao hábito da gratificação imediata entre os assalariados dependentes.

Para uma minoria de investidores, o sacrifício dos proveitos imediatos significava uma certa confiança no futuro, aquele optimismo que se mostra inerente à evolução do capitalismo. Mas também para o trabalhador dependente, a conquista do salário regular e contratualizado passou a ser o fundamento de um optimismo materialista, no contexto da massificação da produção e do consumo.

Enquanto durou o «paradigma fordista», o desenvolvimento de uma cultura funcionalista revelou o valor essencial do «capital-tempo» como um factor determinante da competitividade, embora da forma linear que o próprio sistema educativo reproduzia (Rosnay, 1997). Os usos do tempo padronizaram-se bastante nas sociedades dos países industrializados, tanto mais quanto um Estado-Providência podia proceder à regulação para criar a «sociedade de bem-estar».

Porém, com a falência deste sistema keynesiano, à medida que a evolução tecnológica ameaça e concretiza com o desemprego crescentes camadas de gente despreparada para a poupança de tempo no processo de reprodução da riqueza, levantam-se as vozes sobre o sentido social do trabalho (para a cidadania e dignificação das pessoas).

A par dos que reconhecem sinais de crise social, a superar com intervenções diversas, permanecem ainda arautos da «sociedade de bem-estar», afirmando que tudo concorre para o ócio. Argumenta-se, neste caso, que o aumento da esperança de vida e a redução do número de horas de trabalho se conjugam para criar um excedente de horas de lazer. Um artigo do jornal Expresso de 31-12-1993 referia a seguinte perspectiva de Domenico De Masi, professor de Sociologia na Univ. de Roma: «(...) A nossa vida média (700.000 horas) é seis vezes mais longa que a do Homem de Neanderthal e mais do dobro da dos nossos avós (300.000 horas). Estes trabalhavam 120.000 horas durante as suas vidas, enquanto nós trabalhamos 80 mil. Os nossos filhos viverão em média 900 mil horas e trabalharão não mais de 50 mil».

Como acontece com as generalizações, esta de “um futuro idílico” não desilude, apesar de datada. Tratam-se de médias, centradas sobretudo numa certa realidade urbana dos países mais favorecidos, que parecem responder às conquistas de um “Direito à Preguiça”, anunciadas em panfleto por Paul Lafargue nos finais do séc. XIX. Uma visão mais abrangente tem de ter em conta não só a definição de trabalho (apenas o emprego remunerado?...), mas também diferenças de carácter cultural, social e económico, assim como de género. Deve notar-se, além disso, que a competição em “contra-relógio” não é exclusiva de uma modalidade desportiva, mas sim de todos aqueles que estão sujeitos ao cumprimento de metas ditadas pelas regras de satisfação de privilégios mais ou menos requintados e de privilegiados cada vez mais exigentes.

Na realidade, com o advento da mundialização da economia e da globalização empresarial e financeira, à protecção de uns corresponde a flexibilidade de outros, a maioria, com reflexos na interpenetração do ócio, lazer, tempo de trabalho e de “não trabalho”, assim como na alternância de stresse e depressão. Acrescente-se que qualquer destes domínios raramente escapa às relações funcionalistas e mercantis (cf. Goldfinger, 1998). A lógica de intensificação apenas fragmenta e desregula a utilização do tempo, não contraria o princípio utilitarista de *tempus fugit*. O “exemplo” norte-americano (cf. Schor, 1993; Blix e Heitmiller, 1997), exportado como “modelo” para quase todo o mundo pelos veículos do «discurso da eficiência» tem encontrado poucos obstáculos. A própria razão argumentativa do «discurso da legitimidade» vai-se moldando às formas do anterior, à medida que a cultura do trabalho-consumo dita prioridades pouco compatíveis com usos tradicionais.

Dos ritmos de vida condicionados pela natureza e pela produção primária – ciclos do trigo e do pão, do porco, das migrações sazonais para trabalhos noutras culturas, etc. (cf. Bastos, 1993), próprios da tradição no mundo rural – passou-se aos ritmos acelerados da tecnosfera urbano-industrial, onde se podem incluir muitas vezes os casos do trabalho afecto à agricultura de mercado. E salientamos que esta realidade diz também respeito aos tempos de não-trabalho...

Naturalmente, toda a opressão gera reacção. Na diversidade pós-modernista, a alternativa surge como uma constante nos processos reactivos-adaptativos de mudança social. O domínio do trabalho / usos do tempo não é excepção e os EUA revelam-se um excelente “laboratório vivo”, na sequência de antigas experiências de movimentos milenaristas, comunidades fechadas e conduzidas por regras de modelos utópicos ou de princípios religiosos, “hippies”, etc. Mas, aí como em outros países onde a sociedade civil se afirma com poder de (auto)regulação, hoje a reacção é cada vez mais do cidadão comum, por influência conjugada de obras de grande divulgação (ex: Dominguez e Robin, 1993), de programas televisivos e da reflexividade induzida pelos conteúdos formais e informais inerentes à frequência escolar e à participação associativa e/ou política.

O movimento da «simplicidade voluntária», ou dos «downshifters» (Schor, 1998) encontra alguns paralelos europeus em activistas “de alternativa”. (Super)satisfeitas as necessidades básicas, novas e legítimas necessidades surgem em que o uso do tempo está fortemente implicado. Numa afirmação algo pró-elitista da essência da “cultura europeia”, fazendo-a conotar com uma emanação da profundidade da memória, Kundera (1995) sugere em «A Lentidão» um repensar do hedonismo ocidental,

sobretudo em função do tempo¹. O movimento da “Slow Food”, formalmente iniciado em Itália em 1996 e simbolizado pelo logotipo do caracol, faz convergir interesses variados por uma certa qualidade de vida (pelo vagar e contra a (o)pressão do modernismo), afirmando consonância com os ideias do DL e abrindo perspectivas para o DR.

Outras manifestações públicas contra formas de “americanismo cultural” associam-se à defesa de formas “próprias” de uso do tempo. Por exemplo, na Alemanha, a “Associação dos Desempregados Alegres” pretende lutar contra o «imperialismo dos valores do trabalho» e afirma que a luta principal «é a da reconquista do tempo», não a do emprego. Por um lado, podemos notar que tal não nos parece bizarro se tivermos em conta o valor do subsídio de desemprego alemão. Mas por outro temos de contextualizar esta realidade num modelo de economia social ou solidária que muitos pretendem, em que a inclusão das pessoas tem muitas valências, não pondo de lado – mas, pelo contrário, incentivando – a sua disponibilização (de tempo) para o próprio trabalho social voluntário. Naturalmente, voltamos a frisar que estamos a tratar de privilégios de países industrializados, pois no actual estado civilizacional «é o progresso dos sectores concorrenciais da economia que é a condição do desenvolvimento dos serviços às pessoas» (Schnapper, 1998)...

3. Os usos do tempo dos mediadores do DL em “meio rural”

As questões apontadas, em torno do uso do tempo no contexto da modernidade, têm fortes repercussões no mundo rural, conduzindo a novas oportunidades para o seu desenvolvimento – numa resposta às novas e futuras necessidades urbanas – tal como tem vindo a ser mediado pelas entidades locais e respectivos técnicos encarregues de projectos de DL. O estudo que se segue não pretende incidir nesta dimensão (matéria de outros estudos) mas sim na da própria situação pessoal desses técnicos, quanto ao uso do tempo. Acreditamos que a influência destes no DR não passa apenas pelo estrito apoio prestado às pessoas do “meio rural” abrangido, mas também pela mudança cultural proporcionada, na sequência de uma relativa inserção das ADL (e respectivo pessoal) no meio, ao longo de um período que se espera longo (dada o lento processo de mudança de mentalidades).

¹ Entre outras, é ilustrativa a frase: «A velocidade é a forma de êxtase com que a revolução técnica presenteou o homem» (idem, p. 6).

3.1. A que universo nos referimos?

Tal como se antecipou na introdução, a consideração do “meio rural” não tem a ver com qualquer “incidência rural” directa do estudo. Na realidade, tal como os processos de DR são controlados a partir do “meio urbano” (cf. Moreno, 1999), também o universo das associações de desenvolvimento local (ADL) que gerem programas e projectos de DL pertencem ao domínio urbano em termos sociais, e mesmo em termos de espaço, em vários casos. Das 28 ADL a que pertencem os respondentes, 22 são gestoras do PIC LEADER, mas nem todas as incidências de valorização rural deste programa incidem directamente neste domínio nem as intervenções das ADL “sem programas específicos para o meio rural” o excluem.

Podemos antecipar que as condições dos técnicos de DL / DR implicam a consideração de um “tempo urbanita”, que se distingue do “tempo da ruralidade”, marcado por uma cultura com referências nas práticas agro-pecuárias, mais ou menos tradicionais ou modernas, e na vida das aldeias e vilas menos afectadas pelas condições cosmopolitas. O “tempo moderno” do pessoal das ADL é dependente da máquina organizativa inerente ao processo planeado, controlado e avaliado do DL, de lógica inerentemente urbana.

Quadro I – Estrutura etária dos técnicos das ADL em 2000

Idades	Mulheres		Homens		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
22 ou menos	2	1,6	0	0,0	2	1,6
23 – 27	35	27,1	10	7,8	45	34,9
28 – 32	28	21,7	12	9,3	40	31,0
33 – 37	10	7,8	10	7,8	20	15,5
38 – 42	4	3,1	4	3,1	8	6,2
43 – 47	2	1,6	3	2,3	5	3,9
48 – 52	2	1,6	5	3,9	7	5,4
53 – 57	0	0,0	2	1,6	2	1,6
Total	83	64,3	46	35,7	129	100

De acordo com os Quadros I e II podemos verificar que a grande maioria dos técnicos são adultos jovens (83% com menos de 37 anos), sobretudo mulheres (64% do total)² e de elevada qualificação formal. Quanto a esta, as mulheres revelam maiores contrastes que os homens, pois detêm maior proporção aos níveis de

² É interessante notar que o apuramento de um recente inquérito da **animar** às Iniciativas de Desenvolvimento Local, englobando quase 1000 pessoas de ADL e outras entidades, em que as entidades gestoras do PIC LEADER eram minoritárias, revelou que 70,5% das pessoas eram do sexo feminino.

licenciatura e do ensino básico e secundário. Cerca de 30% dos homens e 12% das mulheres têm instrução pós-graduada (inclusão de mestrados e até de um doutoramento). Consideramos adequado afirmar que é o nível de formação especializada da maioria que mais atesta o “carácter urbano” do pessoal técnico das ADL.

Quadro II – Grau de instrução segundo o sexo

Graus	Mulheres		Homens		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ensino básico e secundário	17	20,2	5	10,6	22	16,8
Ens. superior curto ou lic. incompleta	13	15,5	8	17,0	21	16,0
Licenciatura	44	52,4	20	42,6	64	48,9
Lic. e pós-graduações (a)	10	11,9	14	29,8	24	18,3
Total	84	100	47	100	131	100

(a) incluindo mestrado ou doutoramento

3.2. A percepção pessoal dos usos do tempo

Tendo em conta a diferenciação – fundada em motivos naturais e sociais – entre os usos do tempo masculino e feminino, a utilização da variável “género” será bastante frequente na análise que se segue. Outros tipos de desagregação serão aqui pouco utilizadas, dados os objectivos e as limitações de espaço e tempo.

No que diz respeito ao tempo profissional, o Quadro III permite-nos constatar que cerca de metade do tempo dos técnicos é dispendido em trabalho nas instalações da ADL, embora os homens revelem maior propensão que as mulheres para transferir trabalho da entidade para casa (TPC). Uma análise mais desagregada (ex: em classes de proporção do tempo dedicado) permitiria confirmar esse facto. Note-se que 79% dos homens leva TPC, contra apenas 42% das mulheres. Se considerarmos que as respostas omitem sistematicamente o tempo para dormir, comer e, de forma geral, para transportes e “desperdícios” (denunciando talvez um sentido utilitarista sobre o uso do tempo), então podemos calcular cerca de 8 horas diárias de trabalho na ADL e perto de uma hora de “continuação” em casa para os homens e 35 minutos para as mulheres.

Para além do TPC, os homens também tendem a fazer mais trabalho da ADL noutros locais que as mulheres (64% contra 40%), levando ainda mais tempo nisso.

Quase metade dos homens e apenas 1/5 das mulheres trabalham para outras entidades, para além da ADL, correspondendo no primeiro caso a pouco de hora e meia, em média.

Também na dedicação ao estudo / formação se conta maior proporção de homens e mais tempo disponibilizado. Não são raras as referências (noutra questão, não considerada neste estudo) à falta de tempo das mulheres para a desejada

frequência de certas opções de valorização pessoal e profissional pela via da formação.

Ora o reverso desta maior dedicação masculina ao trabalho e formação – para a ADL e não só – é o forte desnível que coloca as mulheres em particular destaque no tempo destinado à família e amigos. O desnível é maior quando essa dedicação é em trabalho, se bem que o tempo para lazer atinja também maiores valores entre o pessoal feminino, numa média equivalente a quase 3 horas diárias (menos de 2,5 horas para os homens).

Embora estes valores não revelem em geral contradição em relação aos resultados do primeiro Inquérito Nacional do INE sobre o Uso do Tempo, levado a cabo em 1999 e 2000, o balanço quanto ao lazer aponta para uma inversão. Ou seja, apesar de a esfera doméstica contribuir para uma conhecida sobrecarga em trabalho da mulher que exerce profissão remunerada, as técnicas de DL conseguem, apesar disso, mais tempo para o lazer que o padrão feminino nacional, o que se deve certamente ao maior grau de emancipação e exigência de qualidade de vida.

Quadro III – Dispêndio relativo de tempo dos técnicos das ADL: percepção pessoal

Tempo		Mulheres			Homens		
		% resp	Média*	Mediana*	% resp	Média*	Mediana*
De trabalho para a ADL	Na ADL	100,0	51,7	50	100,0	48,4	50
	Em casa	41,7	3,6	0	78,7	5,8	5
	Noutro local	40,5	3,4	0	63,8	7,4	5
De trab. para outra entidade		20,2	3,6	0	48,9	8,5	0
Para estudo / formação		57,1	5,2	4	78,7	6,6	5
Para dedicação à família e amigos	Em trabalho	79,8	11,5	10	53,2	5,3	2
	Em lazer	95,2	17,7	15	89,4	14,5	10
Outros usos		21,4	3,4	0	34,0	3,5	0
TOTAL			100,0			100,0	

* Percentagem do tempo dedicado

No que diz respeito aos «Outros usos» (Quadro IV), tratam-se de respostas minoritárias mas significativas, pois completam a estrita delimitação anterior (caso do «descanso» e «diversos»), apesar de incluir também alguma redundância.

Quadro IV - Outros usos do tempo (complemento do Quadro III)

Outros usos declarados (agrupamento de respostas abertas)	Mulheres			Homens		
	Nº	%	TM (%)	Nº	%	TM (%)
Actividades privadas, liberais e outras não discriminadas (a)	5	25	7,5	2	12,5	4,5
Actividades lúdicas, desportivas e lazer (b)	5	25	13,2	4	25	6,7
Actividades culturais	0	0	0	2	12,5	6
Dinamiz. económica, activ. autárquica, representações	0	0	0	4	25	9,3
Descanso	6	30	30	2	12,5	29
Diversos (c)	4	20	19	2	12,5	12
TOTAL	20	100	11,6	16	100	11,3

(a) Explicações, advocacia, agricultura

(b) Caça, pesca, ginástica, leitura

(c) Transportes, higiene, compras, pequenas tarefas

TM: Tempo médio (% do dia)

3.3. As actividades principais : da remuneração à expressão geográfica

Face ao pedido de indicação das actividades concretas mais importantes, segundo o tempo dispendido e a existência de remuneração, as respostas dos técnicos puderam ser agrupadas conforme se apresenta no Quadro V.

As actividades mais referidas têm a ver com o trabalho normal das entidades locais: desde o trabalho burocrático interno e de planeamento até ao acompanhamento de projectos e de promotores. Em termos de ocupação do tempo, são muito significativos a componente administrativa e principalmente os «trabalhos diversos» para a ADL. Neste caso, a “porosidade” liga-se com a diversidade de procedimentos, problemas técnicos, novas situações, que exigem uma aprendizagem permanente. Não é raro que a investigação-acção surja como uma inerência, ainda que não necessariamente explícita.

Um dos aspectos mais interessantes é tanto o número significativo de casos de trabalho não remunerado como o próprio tempo dispendido no mesmo. De facto, este tipo de trabalho está longe de se limitar à esfera doméstica ou aos “TPC”. A situação engloba tanto **trabalho voluntário** como **trabalho necessário** – por força da indispensabilidade do cumprimento de objectivos – **mas não limitável a um horário normal da função pública**. Uma análise da conversão das proporções em horas de aplicação de trabalho seria pertinente, mas terá de ser remetida para outra oportunidade.

Quadro V – Actividades mais importantes dos técnicos das ADL

Código	Nº de resp.		% tempo dedicado		Significado do Código
	Remun.	Não Rem.	Remun.	Não Rem.	
A	51	4	32,2	11,5	A: Acompanhamento de projectos e de promotores B: Apoio à direcção e à gestão / administração da entidade C: Formação Profissional ou Ensino / Estudo / Seminários D: Acontecimentos sociais, contactos com entidades / organismos, política F: Trabalho doméstico e apoio à família G: Trabalho diverso em actividades (sobretudo serviços) exteriores à EL H: Trabalho diverso para a entidade I: Dinamização cultural e turística J: Estudos, documentação, manutenção de base de dados, recolha e análise de informação (incluindo inquéritos e entrevistas) K: Animação comunitária L: Coordenação, reuniões, planeamento e acompanhamento de pessoal interno M: Apoio a agricultores N: Apoio ao associativismo O: Apoio social / domiciliário P: Produção de documentos, material promocional e informação para comunicação social Q: Atendimento público na entidade R: Trabalho na autarquia S: Concepção e candidaturas a projectos T: Prestar informação / divulgação V: Lazer W: Manut. equipamento e trab. informático
B	51	9	35,5	13,2	
C	30	16	18,7	10,8	
D	12	4	15,2	10,0	
F		34		19,4	
G	19	15	19,1	13,9	
H	51	8	52,6	19,8	
I	3	5	12,0	9,0	
J	25	10	27,4	15,4	
K	6	1	16,7	10,0	
L	51	2	34,9	25,1	
M	1	2	39,6	18,0	
N	1	10	5,0	9,9	
O	2	1	15,0	30,0	
P	15	4	23,0	15,0	
Q	6	1	24,7	20,0	
R		1		10,0	
S	12		20,7		
T	7		13,0		
V		10		22,6	
W	7	1	39,1	20,0	

Considerando apenas os tipos de actividade mais significativos, com base no critério “nº de respostas”, a figura 1 procura apresentar o respectivo peso regional – quanto às referências (1.a) e quanto ao tempo dedicado correspondente (1.b) – por agregação das respostas das diferentes ADL. No caso particular do Norte Interior, as distorções da representação em relação à realidade são particularmente acentuadas, uma vez que se baseiam em poucos inquéritos, de apenas duas ADL e de indivíduos

com características tais que enviesem os resultados. Um estudo posterior terá em conta mais elementos e contará com maior desagregação espacial.

Pese embora o artificialismo da agregação adoptada e da referência espacial, uma primeira apreciação permite constatar que são as regiões do litoral – com destaque para o Norte Litoral – aquelas onde as pessoas mais referem o «trabalho doméstico e apoio à família». Sobre o respectivo tempo, deixa de se manifestar aquele destaque mas mantém-se o contraste litoral-interior.

Outro padrão nítido é o domínio do Sul em termos de frequência de «formação profissional ou Ensino / Estudo / Seminários». No que toca à respectiva aplicação de tempo, o facto não é tão nítido pois o Centro Interior sobrepõe-se a estes casos.

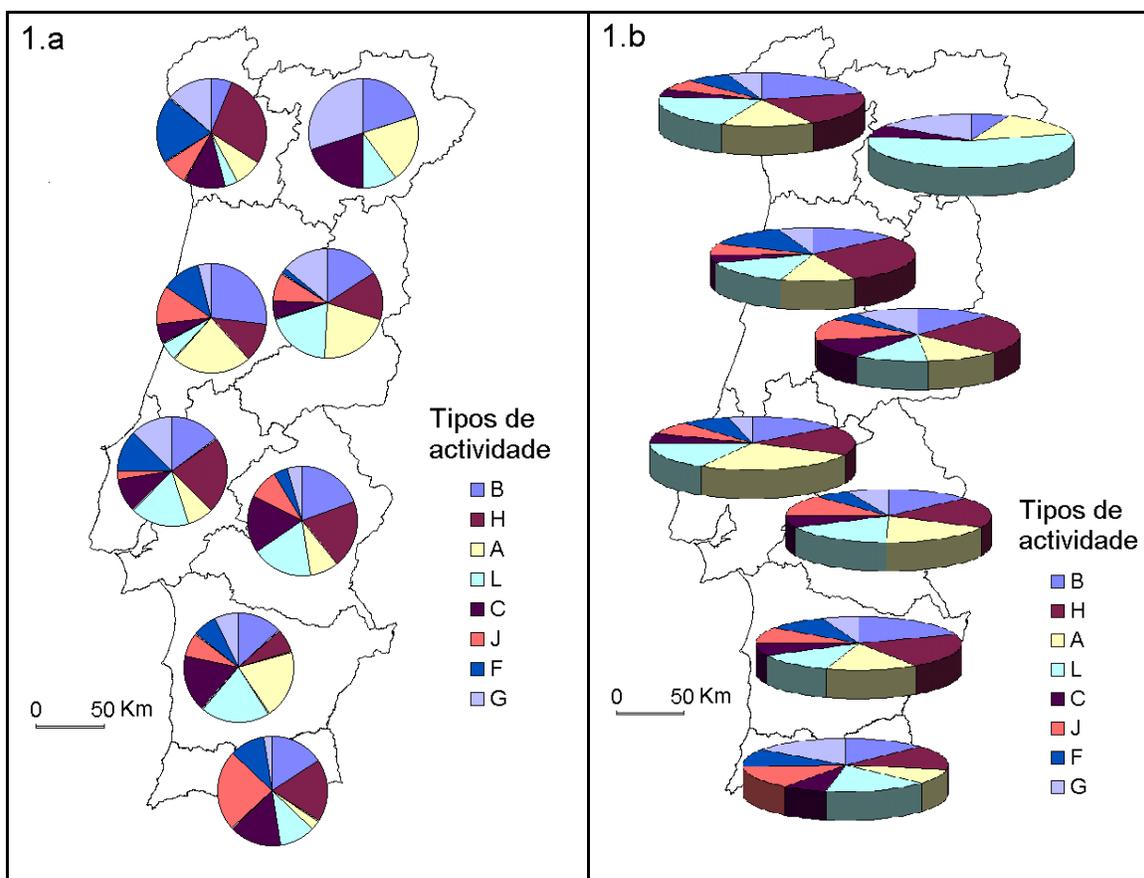


Fig. 1 – Peso regional dos tipos de actividades mais desenvolvidas (1.a) e respectiva aplicação de tempo (1.b)

Os outros aspectos, para além dos focados, não revelam particulares padrões regionais. O facto de serem obrigatoriamente internos às ADL (ao contrário dos anteriores), implicando uma certa obediência à(s) racionalidade(s) do planeamento e acompanhamento dos programas, faz supor uma maior uniformização nacional de práticas.

No entanto, consideramos que mesmo as pequenas regularidades encontradas nada esclarecem sobre o eventual papel de “culturas regionais” nas opções do pessoal das ADL, aliás de origem cultural e geográfica suficientemente diversa. A mera sugestão de pistas de investigação, em confirmação com os dados mais desagregados, leva-nos ao aprofundamento do assunto fora deste âmbito, o que passa pelo cruzamento dos conhecimentos sobre os percursos individuais e do “ambiente intra-associativo”.

Em lugar de uma conclusão, deixamos estas notas, no sentido de lembrar que o DL / DR é promovido por pessoas, cujas condições particulares se ligam ao respectivo uso do tempo, muitas vezes interpretado em termos de padrões de racionalidade e de “determinantes do desempenho”. Mais do que isso, ele tem de ser cada vez mais visto como expressão das necessidades e das motivações das pessoas, no contexto profissional, familiar, micro-regional e dos espaços de influência, a diferentes escalas.

Referências

- Bastos, Cristiana (1993). *Os montes do nordeste algarvio*. Lisboa, Edições Cosmos,
- Blix, Jacqueline; Heitmiller, David (1997). *Getting a Life*. New York, Viking.
- Dominguez, Joe; Robin, Vicki (1993). *Your Money or Your Life*. Penguin Books.
- Goldfinger, Charles (1998). *Travail et Hors Travail: Vers une Société Fluide*. Paris, Odile Jacob
- Kundera, Milan (1995). *A Lentidão*. Porto, Edições Asa, 6ª ed., 2000.
- Moreno, Luís (1999). "Desenvolvimento rural em obras: das raízes na utopia aos ramos da abordagem", Em: CAVACO, C - *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia*, Lisboa, CEG, EPRU nº 50, pp. 37-53
- Rosnay, Joel de (1997). *L'Homme Symbiotique*. Paris, Editions du Seuil.
- Schnapper, Dominique (1998). *Contra o fim do trabalho: conversa com Philippe Petit*. Lisboa, Terramar.
- Schor, Juliet (1998). *The Overspent American: Upscaling, Downshifting and the New Consumer*. Basic Books.
- Schor, Juliet (1998). *The Overworked American: The Unexpected Decline of Leisure*. Basic Books.